



GRUPO DE TRABALHO 2: Usos, significados e contextos de utilização da Internet e dos novos media por crianças e jovens

“Crianças e jovens online: comparando os usos da Internet e dos novos *media* na Europa. Algumas pistas de reflexão a partir do projecto EU Kids Online”

PONTE, Cristina

Doutorada em Ciências da Comunicação

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

cristina.ponte@fcsb.unl.pt

SIMÕES, José Alberto

Doutorado em Sociologia

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

joseav.simoeb@fcsb.unl.pt

Resumo

A presente comunicação tem por base a participação dos autores no projecto europeu *EU Kids On-line*. Com esta reflexão pretende-se, em primeiro lugar, propor e discutir o modelo adoptado pelo presente projecto para o estudo comparado dos usos da Internet e dos novos media, considerando o país tanto como “objecto de estudo” como enquanto “unidade de análise”, contribuindo, desta forma, para delinear algumas coordenadas possíveis do campo de investigação que se tem vindo a constituir em torno do tema em apreço. Em segundo lugar, propomo-nos ilustrar o modelo apresentado tomando como base o estudo comparado preliminar (a três países), já efectuado. Finalmente, pretende-se discutir as lacunas detectadas a partir da comparação em curso e apontar eventuais reformulações para futuros programas de pesquisa.

Palavras-chave: Internet, crianças e jovens, on-line, estudos comparados





1. Introdução

A história dos *media*, como outras, tende a repetir-se. O surgimento de um meio de comunicação é quase sempre acompanhado tanto por discursos otimistas, que proclamam as vantagens infindáveis da sua adopção nas mais diversas esferas de actividade, como por discursos pessimistas, que defendem justamente o oposto, traçando um cenário forçosamente calamitoso para essa mesma adopção, apontando unicamente aspectos nocivos onde outros apenas vêem vantagens. Entre os discursos hiperbólicos de uns e os de outros, resta-nos a pesquisa empírica, quase sempre escassa, desactualizada ou se não mesmo desadequada para os problemas que vão surgindo. De qualquer modo, estes são os problemas com que de uma forma ou de outra nos deparamos no caso da Internet e dos chamados novos *media* e, concretamente, quando está em causa a sua utilização por públicos potencialmente vulneráveis, como são as crianças e os jovens.

A presente comunicação tem por base uma investigação em curso - *EU Kids On-line*ⁱ - cujo propósito é (entre outrosⁱⁱ) inventariar, analisar e comparar dados produzidos por estudos realizados sobre crianças e jovens e os seus usos da Internet e outro *media* on-line, em 21 países europeusⁱⁱⁱ. A importância de realizar um estudo comparado revela-se crucial por vários motivos. O principal desses motivos, em nosso entender, consiste em evitar equívocos associados ao que seria uma interpretação dos resultados obtidos para cada país ignorando a sua posição num contexto mais alargado. Com efeito,

sem uma perspectiva comparada, os estudos nacionais correm o risco de cair em duas falácias – assumir que o próprio país é único, quando não é, e assumir que o próprio país é igual aos restantes, quando não é.

Hasebrink *et al.* (2007: 5)

O contributo que aqui trazemos para reflexão diz respeito apenas a uma pequena parcela do trabalho em curso. Mais concretamente, com esta reflexão pretendemos, em primeiro lugar, propor e discutir o modelo (colectivamente forjado) adoptado pelo presente projecto para o estudo comparado dos usos da Internet e dos novos *media*, contribuindo, desta forma, para delinear algumas coordenadas possíveis do campo de investigação que se tem vindo a constituir em torno do tema em apreço.

Em segundo lugar, propomo-nos ilustrar, ainda que brevemente, o modelo apresentado, tomando como base resultados preliminares provenientes do estudo comparado já efectuado (que contemplou, para além de Portugal, o Reino Unido e a Polónia) e apresentar alguns dados actualizados sobre o caso português, que virão a integrar o estudo Europeu alargado (a 21 países).

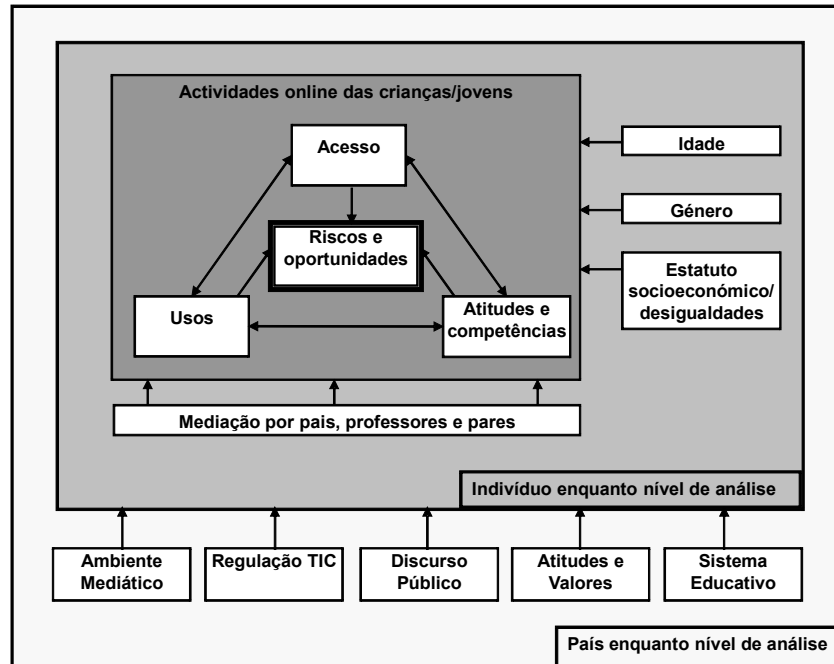
Ainda que sejamos suspeitos no que toca a apresentar as virtudes do modelo proposto, seremos menos, eventualmente, no que respeita a expor o que nos parecem ser algumas das suas limitações. Assim, ao longo deste breve circuito procuraremos igualmente identificar, para cada ponto, as principais lacunas e problemas detectados, apontando eventuais reformulações para futuros programas de pesquisa.

2. Crianças e jovens online: definindo um campo de investigação

As crianças e os jovens utilizam a Internet num contexto amplo (doméstico, familiar, social, cultural, político, económico, etc.) e de forma diversificada. Por esta razão, devemos começar por admitir que são vários os factores que podem influenciar potencialmente o seu uso da Internet, em geral, e os riscos com os quais se podem deparar, em particular. De modo a estabelecer alguma ordem analítica nesta multiplicidade de factores, organizou-se a investigação atribuindo um estatuto diferenciado a cada um dos elementos que inteiram o modelo proposto^{iv} (cf. Figura 1).



O modelo proposto, que deve ser entendido como um dispositivo heurístico, afigura-se simultaneamente simples e complexo. Simples porque pretende integrar um conjunto diversificado de factores, relacionando-os de acordo com uma determinada lógica. Complexo porque a resposta adequada a cada um dos factores que integra exigiria uma multiplicidade de dados (com estatutos diferenciados) nem sempre fáceis de articular ou sequer de obter (veremos esta questão mais à frente).



Fonte: Hasebrink, Livingstone, Haddon, Kirwil e Ponte (2007).

Figura 1 - Perspectiva geral da estrutura do campo

A figura 1 pode ser explicada do seu interior (a cinzento escuro) para o exterior. O núcleo central corresponde àquilo que pretendemos conhecer, as actividades on-line das crianças e dos jovens. O *on-line* define-se aqui sobretudo (mas não só^v) através das actividades associadas à internet. As definições de criança e de jovem, enquanto construções social e historicamente variáveis, exigiriam uma discussão suplementar, muito para além do âmbito do presente texto (cf. Buckingham, 2000; Pais, 1993). Em todo o caso, e por razões pragmáticas, considerou-se os 18 anos de idade como limite superior de um intervalo necessariamente arbitrário^{vi}. Define um momento de transição para a maioridade e, como tal, identifica um possível critério de demarcação da população em questão.

O actual projecto de investigação é motivado por uma preocupação específica: o exame dos riscos e das oportunidades associadas aos usos do online. O núcleo central do esquema é por isso formado por riscos e oportunidades enquanto resultado da confluência do *acesso*, dos *usos* e das *atitudes e competências* dos utilizadores.

Não existe uma definição consensual, clara e objectiva, de riscos e oportunidades, nem a sua observação tem sido idêntica nos vários estudos realizados. Podemos no entanto dizer, de forma simplificada, que riscos e oportunidades são, respectivamente, experiências *negativas* e *positivas* que podem ocorrer sempre



que se utilizam determinados conteúdos on-line (Hasebrink *et al.*, 2007). Esta definição implica que se distinga o que seriam as *experiências efectivas*, a sua *percepção* (por diferentes sujeitos) e a *probabilidade* (estatística) de encontrar efectivamente estas experiências.

As experiências negativas (riscos) e positivas (oportunidades) resultam de transacções entre os *comunicadores* (“emissores”), os *conteúdos/serviços* proporcionados e os *utilizadores*. Deste modo, a questão poderá ser colocada nos seguintes termos: *que processos conduzem a diferentes riscos (ou oportunidades)?* Esta questão pressupõe que riscos (e oportunidades) não existem por si próprios mas enquanto transacção entre determinadas *motivações comunicativas*^{vii} e o *papel desempenhado*^{viii} pela criança/jovem quando utiliza a Internet.

Existem duas condições prévias para que estas transacções ocorram: o acesso e a utilização. O acesso é uma condição necessária para que qualquer experiência (negativa ou positiva) possa ocorrer. Neste sentido, existirão diferenças entre distintas ocasiões e lugares em que as crianças e os jovens têm acesso à Internet (por exemplo, na escola, em casa, com amigos) e que variam de acordo com grau de regulação e orientação que podem envolver da parte dos outros (pais, professores, etc.). Deste modo, tendo em conta determinadas oportunidades de acesso, a utilização efectiva dos *media* on-line é uma condição crucial para pensar os riscos e as oportunidades.

Em princípio, quanto mais as crianças/jovens utilizarem a Internet e quanto mais tiverem acesso a determinado tipo de conteúdos, maior probabilidade terão de se deparar com determinadas experiências negativas e o mesmo pode ser dito para as experiências positivas. Contudo, para além da preferência das crianças e dos jovens por actividades mais ou menos arriscadas, factores como as competências de utilização da Internet e a sua literacia geral relativamente aos *media* poderão aliviar ou acentuar os riscos (ou, *mutatis mutandis*, as oportunidades).

O que vimos até agora corresponde àquilo que poderíamos designar as variáveis dependentes do estudo em questão, importa agora considerar os eventuais factores explicativos destas variáveis. Para esse efeito, consideraram-se um conjunto de variáveis independentes habitualmente correlacionadas com as anteriores práticas de modo a produzirem uma explicação plausível das mesmas. Por um lado, considerámos o género, a idade e o estatuto sócio-económico, por outro, a influência dos pais, dos professores e dos pares.

A importância do primeiro conjunto de variáveis parece-nos óbvia: correspondem a explicações prováveis para os usos da Internet e dos novos *media* em geral, que se não fornecerem uma explicação propriamente dita para as práticas observadas, proporcionarão certamente uma descrição indispensável à caracterização das populações em causa. Na verdade, vários estudos têm revelado a importância destas variáveis para compreender diferenças significativas entre diferentes populações estudadas (cf., por exemplo, Livingstone e Lemish, 2001; Livingstone, 2002).

O segundo conjunto de variáveis parece-nos igualmente indispensável, na medida em que a utilização dos *media* em geral e da Internet em particular, ainda que individual, é igualmente colectiva, grupal. A mediação dos outros é assim uma dimensão incontornável dos usos da internet, tanto mais que esta mediação pode assumir uma configuração mais ou menos explícita e acentuada, revelando diferentes práticas, padrões e regras, associadas a contextos de utilização e grupos de utilizadores distintos.

O núcleo central do esquema, composto pelas actividades online das crianças e dos jovens, e os factores explicativos das mesmas, correspondem ao que designamos o nível de análise *individual*, isto é, dizem respeito a informação que foi obtida acerca dos próprios indivíduos estudados em cada população. Este nível permite testar hipóteses que se colocam internamente a cada país estudado, considerado enquanto *objecto de estudo*.



Um segundo nível de análise é-nos dado por um conjunto de factores *contextuais* cujo propósito é o de tecer um quadro explicativo mais amplo para as correlações observadas no nível anterior.

Como se poderá constatar, estes factores contextuais são bastante heterogéneos e, como tal, possuem consequências analíticas diversas. Na verdade, não se pretende cruzar (nem se poderia, como veremos) a informação relativa a cada uma das áreas contextuais propostas com os dados obtidos para o primeiro nível, apenas se ambiciona confrontar a informação obtida a nível nacional sobre cada uma das áreas consideradas com os dados disponíveis.

Na perspectiva de uma análise comparada entre países, como a que nos propusemos levar a cabo neste projecto, o anterior modelo pode ser pensado (e utilizado) de diversas formas. Com efeito, podemos considerar o país sob, pelo menos, três perspectivas de análise (Kohn, 1989; Livingstone, 2003): em primeiro lugar, como “objecto de estudo”; em segundo lugar, como “contexto” para contemplar hipóteses gerais; por último, como “unidade de análise”.

Se no primeiro caso são as especificidades de cada país que se pretendem examinar, sistematizando os dados empíricos recolhidos, no segundo caso cada país apresenta-se como contexto a partir do qual é possível testar um dado modelo teórico, atendendo às características culturais que supostamente o distinguem (ou aproximam) de outro. Finalmente, no último caso, a comparação assume uma feição diferente na medida em que as características identificadas para cada país apresentam um estatuto explicativo próprio no panorama da comparação internacional. É sobretudo a este último nível que se pretendem comparar semelhanças e diferenças entre países, considerando o próprio país como elemento explicativo dessas diferenças.

Entre os vários níveis de análise sucintamente expostos e a sua aplicação prática vai a diferença entre a informação pretendida (e necessária) para lhes dar resposta e aquela que efectivamente se obteve. Devemos, por isso, separar o que seria a discussão das intenções teóricas do modelo, que apresenta certamente limitações analíticas, do que poderá ser uma resposta empírica aos problemas levantados.

Teoricamente, o modelo proposto corresponde, por definição, a uma simplificação daquilo que na realidade se apresenta como um fenómeno amplamente mais complexo e diversificado. Esta constatação é tanto mais pertinente quanto estamos a lidar com práticas que, por um lado, apresentam maior fluidez e indefinição do que poderíamos crer à partida (escapando de certa forma às nossas grelhas de mensuração), e que, por outro lado, podem apresentar variações mais ou menos significativas entre si tendo em conta a heterogeneidade das populações consideradas.

As variáveis explicativas (independentes) escolhidas não constituem as únicas explicações possíveis, nem permanecem independentes umas das outras nos seus efeitos (como parece sugerir a figura 1). Basicamente, correspondem a variáveis cuja eficácia na construção de hipóteses se tem revelado importante e, sobretudo, cuja comparação internacional é possível na maior parte dos casos (cf., por exemplo, Livingstone, d’Haenens e Hasebrink, 2001).

A mediação dos outros, aqui considerados de forma tríplice, possui igualmente implicações distintas. Desde logo, porque a mediação dos pais não é equivalente à da escola, nem esta à dos pares. Estas categorias remetem-nos para grupos heterogéneos, com um papel de mediação diferenciado e, precisamente por esta última razão, cuja eficácia - deveremos admiti-lo - será variável em função das circunstâncias e momentos em que a essa mediação poderá ocorrer. Não podemos igualmente esquecer o efeito interactivo desta mediação com as restantes variáveis independentes consideradas, com consequências evidentes nas hipóteses e explicações elaboradas.

Em termos teóricos são principalmente os factores contextuais, que se apresentam no segundo nível de análise, que poderão suscitar maiores dificuldades. Desde logo, como referimos, pela sua heterogeneidade. Mas também, e justamente por isso, devido à amplitude das consequências que se poderão retirar de cada conjunto de factores individualmente. Na verdade, a sua pertinência no quadro do presente estudo justifica-se na medida em que é indispensável contextualizar os dados obtidos, mesmo que essa caracterização diga



respeito ao país enquanto unidade de análise e não ao indivíduo. A ambição desta descrição é, pois, a de fornecer elementos de caracterização elementar e não, como se poderia supor, a de problematizar convenientemente cada uma das áreas definidas.

Em todo o caso, a importância deste nível de análise revela-se crucial quando pensamos na heterogeneidade das características que cada país comparado pode encerrar. A procura de semelhanças ou diferenças num estudo comparado pode espelhar convergências e divergências mais vastas entre países, que é preciso ter em conta e, de certo modo, controlar no próprio processo de selecção dos países (Livingstone, d'Haenens e Hasebrink, 2001). Por exemplo, os níveis de desenvolvimento económico em causa podem ser díspares, o que poderia explicar diferenças evidentes no acesso e na utilização, tal como as diferenças culturais e sociais podem ser demasiado acentuadas, a ponto de certas questões ou problemas não fazerem o mesmo (ou sequer) sentido em diferentes contextos.

Do ponto de vista empírico, o anterior modelo coloca vários desafios, mesmo se considerado na sua forma mais simplificada. Na realidade, este tipo de análise requer dados directamente comparáveis entre países, exigindo uma base de dados única, de modo a permitir testar devidamente o modelo avançado. Ora, esta é, no momento, uma das limitações práticas com que nos deparamos. Não dispomos de dados comparáveis para todas as variáveis consideradas, provenientes de uma mesma base de dados e, deste modo, aquilo que podemos fazer é confrontar várias fontes existentes e não produzir cruzamentos propriamente ditos.

Apesar das objecções levantadas ao modelo proposto, as suas vantagens parecem-nos evidentes, sobretudo se pensarmos no carácter aberto e dinâmica que o caracteriza. A flexibilidade e a adaptabilidade do modelo parecem-nos ser os seus principais trunfos, tal como a dificuldade de concretização, principalmente pelos recursos que mobiliza, nos parece a sua principal limitação prática. Todavia, como todos os dispositivos heurísticos, permanece inacabado e passível de diferentes contributos e leituras. Alguns desses contributos provêm do material empírico analisado e estimulam novas perguntas. Será em torno de um breve exame de algum desse material que se desenvolverá o resto desta comunicação.

3. Usos da Internet e dos novos *media* por crianças e jovens: um estudo comparado em construção

A fim de ilustrar o modelo anteriormente caracterizado, iremos apresentar, de forma sumária, um percurso pelo estudo piloto que permitiu testá-lo.

A escolha dos três países para o estudo piloto que pudesse servir de base para o estudo alargado foi tomada em Junho de 2006, no início do projecto, e o estudo deveria ser realizado num ano. Polónia, Portugal e o Reino Unido foram escolhidos por terem participado no *Mediappro*^{ix}, um estudo europeu que auscultou crianças e jovens entre os 12 e os 18 anos sobre o seu acesso e usos da Internet e como estas viam as oportunidades associadas a esses usos. Além das características geográficas e culturais dos três países serem distintas, a percentagem de crianças que utilizam a Internet em cada um deles era também superior à dos adultos (Quadro 1):



País	No último mês, o/a senhor/a usou Internet?	No último mês, a sua criança usou a Internet?
Portugal	27	38
Polónia	36	47
Reino Unido	56	65

Fonte: Eurobarómetro Especial 250, 2006

Quadro 1: Uso da Internet no último mês pelo respondente e pela criança (%)

Esta comparação entre os três países permitiria ainda destacar questões que pudessem ser consideradas estratégicas (por exemplo, pelas suas possíveis implicações para políticas públicas) e sobre as quais a nossa atenção deveria incidir. A partir destes primeiros resultados, seriam procurados outros estudos nacionais, que viessem confirmar ou infirmar os resultados encontrados.

Uma das primeiras tendências encontradas foi o consenso por parte dos pais de que seria em casa, mais do que em qualquer outro lugar, que as crianças encontrariam conteúdos ilegais ou prejudiciais (Quadro 2):

	Polónia	Portugal	R. Unido	EU25
Respondentes cujas crianças usam Internet	160	92	277	3790
EM CASA	11	8	12	13
NA ESCOLA	6	2	4	5
NA CASA DE UM AMIGO	4	0	1	4
NÃO SABEM	31	25	7	13

Fonte: Eurobarómetro Especial 250, 2006

Quadro 2: Pais que acham que a criança encontrou conteúdos danosos e ilegais em diferentes lugares (%)

Por outro lado, o elevado número de respostas revelando desconhecimento (“não sei”) sobre as actividades dos seus filhos, sobretudo em Portugal e na Polónia, parecia indicar uma escassez geral de atenção ou de informação relativa à segurança na Internet. Ainda a nível individual, uma das dissonâncias encontradas entre os pais portugueses foi a sugestão de que as raparigas corriam mais riscos do que os rapazes e as crianças mais novas mais em perigo do que as mais velhas, em oposição às dos pais dos outros países, que apontavam os rapazes e as crianças mais velhas como mais expostas a riscos (Quadro 3):

	Polónia	Portugal	R. Unido	EU25
Respondentes/crianças que usam a Internet	160	92	277	3790
TOTAL	18	9	15	18
RAPAZES	19	3	19	18
RAPARIGAS	17	14	12	18
Menos de 6 anos	*	*	0	6
6-11 anos	4	13	10	13
12-17 anos	24	8	22	21

Fonte: Eurobarómetro Especial 250; * menos de 10 casos

Quadro 3: Pais que consideram que a criança já encontrou conteúdos lesivos ou ilegais na Internet (%)

Outra identificação comum entre os pais foi considerar a escola dos filhos como o lugar mais adequado para receberem informação sobre segurança na Internet, sobretudo elevada entre os pais portugueses (Quadro



4). Contudo, factores de contexto pareciam afectar bastante as considerações sobre outros locais, sugerindo variações no grau de confiança social nessas instâncias: os pais britânicos não confiavam nos grandes meios de comunicação social, os pais polacos eram cépticos em relação a informação com origem nas autoridades públicas e os pais portugueses ignoravam a informação proveniente da indústria e eram os que mais indicavam precisar de informação.

	Polónia	Portugal	R. Unido	EU25
Respondentes com crianças que usam Internet	160	92	277	3790
ESCOLAS	34	49	39	36
COMPANHIAS TELEFÓNICAS	24	17	33	31
TV, RADIO E JORNAIS	28	34	8	21
GOVERNO E AUTORIDADES LOCAIS	2	15	24	19
POLÍCIA	6	8	17	13
ORGANIZAÇÕES DE PAIS	4	11	8	8
EMPRESAS DE SOFTWARE	4	5	8	7
VENDEDORES DE COMPUTADORES	5	2	7	7
ONGS	1	2	2	5
VENDEDORES JOGOS COMPUTADOR	3	2	3	3
IGREJA	3	0	0	1
NÃO SABE ONDE PROCURAR	21	11	11	9
NÃO QUER MAIS INFORMAÇÃO	9	4	13	10

Fonte: Eurobarómetro Especial 250.

Quadro 4: De onde os pais gostariam de receber informação sobre segurança na internet (%)

Este cruzamento de dados evidenciou ainda que as questões relacionadas com os riscos online estavam quase ausentes do Mediappro e do Eurobarómetro e que os estudos nacionais existentes continham muito mais informação sobre as variedades e os contextos de exposição ao risco. Mas enquanto no Reino Unido havia estudos representativos (e em número considerável) e na Polónia começava a aparecer essa informação, em Portugal não havia ainda disponível qualquer estudo representativo que focasse questões relacionadas com riscos e oportunidades^x.

No primeiro nível, indicado na Figura 1 como individual, as semelhanças encontradas entre os três países poderiam vir a constituir-se como hipóteses para o estudo alargado e assentaram sobretudo na idade e género, por escassez de informação sobre variáveis de carácter socioeconómico. Já as diferenças destacaram que, com frequência, a Polónia e Portugal se distinguiam do Reino Unido por apresentarem valores muito inferiores no que se refere à consciência dos pais sobre os usos da Internet por parte dos filhos, o conhecimento parental dos possíveis riscos e a regulação que exercem. Para além destas diferenças gerais, em particular os pais portugueses pareciam entender os riscos da Internet numa perspectiva que sublinhava a vulnerabilidade das raparigas e a dependência das crianças mais novas.

Partindo deste primeiro olhar centrado nas variáveis individuais identificadas pelo estudo piloto (Hasebrink *et al.*, 2007), foram-se constituindo cinco questões de pesquisa, cujo objectivo é virem a ser testadas no estudo alargado a 21 países. São elas: Existem diferenças socioeconómicas na mediação parental ou na exposição ao risco online? Qual é a relação entre capacidades e riscos online? Quais são os principais riscos experimentados pelas crianças europeias? Quais são as principais oportunidades experimentadas pelas crianças europeias? Há provas, em qualquer dos 21 países europeus, de que certas estratégias parentais ou estilos de mediação reduzam efectivamente os riscos que as crianças correm online?

Para além destas questões relativas ao nível de análise centrado nas características das actividades online das crianças e jovens, foram explorados, no estudo piloto, factores determinantes que marcariam cada país como unidade de análise (cf. Figura 1): o seu *ambiente tecnológico* (difusão e penetração das infra-



estruturas); as *modalidades de regulação pública*; o *discurso público dominante*; o *sistema educativo*; as *atitudes e valores* relacionados com a percepção de riscos e relacionados com as crianças.

Das várias áreas enunciadas, será apenas sobre esta última que nos deteremos um pouco, a título de exemplo, pois foi possível dispor de um instrumento para uma análise comparada dos três países, o *European and World Values Survey*, de 1999.

A comparação entre o Reino Unido, Polónia e Portugal mostrou que nos três países certas “qualidades importantes” associadas à *conformidade social* têm maior adesão do que qualidades ligadas à *autonomia* (Almeida, 2003), mas que há também variações nos reconhecimentos da sua importância (Quadro 5).

Nos valores que apontam para conformidade social, no Reino Unido e em Portugal há uma proximidade na ênfase a “boas maneiras”, também valorizada na Polónia, mas menos, e uma baixa importância da religiosidade e da poupança, que se destacam na Polónia. Ser trabalhador é uma qualidade valorizada para Portugal e Polónia mas não tanto para o Reino Unido. Todos estão próximos na valorização da obediência.

Na autonomia, o valor que se destaca nos três países é a tolerância/ respeito pelos outros, sobretudo na Polónia e Reino Unido. Já o sentido da responsabilidade é uma qualidade valorizada sobretudo pelos pais polacos e portugueses, que valorizam pouco a independência, mitigando assim a autonomia. A imaginação é a qualidade menos valorizada nos três países, a determinação/perseverança recolhe também baixa valorização e o não ser egoísta é pouco valorizado pelos pais polacos, ao contrário dos britânicos.

Será certamente interessante verificar se as “qualidades importantes” das crianças sofreram alterações significativas nove anos mais tarde (2008), na actualização deste inquérito longitudinal, marcados que foram esses anos, entre outros factores, também pela penetração das novas tecnologias nos lares e pelo lugar de vanguarda que as crianças e jovens tiveram no seu manejo e exploração.

Qualidades importantes	Polónia	Portugal	R. Unido
Respondentes	n=4168	n=2185	n=4744
Conformidade social			
Boas maneiras	55	81	83
Ser trabalhador	61	69	29
Ser poupado	47	34	24
Ter fé religiosa	52	27	17
Ser obediente	42	44	43
Autonomia			
Ser independente	23	22	42
Sentido da responsabilidade	73	69	47
Ter imaginação	11	17	22
Ser tolerante/respeitar os outros	79	67	78
Ser determinado e perseverante	31	23	30
Não ser egoísta	12	35	53

Fonte: European Social Values, 1999; Lucyna Kirwill; Ana Nunes de Almeida

Quadro 5: Importância das qualidades das crianças, segundo os pais (%)

Para já, com base nas tendências evidenciadas nos três países, decorreram também novas hipóteses para pesquisa: será que a valorização da independência, do respeito pelos outros e da responsabilidade como



qualidades importantes das crianças por parte dos pais britânicos contribuirá para que mostrem mais preocupação com as relações que as crianças estabelecem na Internet e desejem estar ainda mais informados? Será que um elevado sentido individualista e um foco nos objectivos competitivos na sociedade polaca, contribuirá para a reduzida preocupação sobre os riscos para as crianças e para o reduzido conhecimento e interesse por essas questões, sugerido nos inquéritos por parte dos pais polacos? Será que os valores mais elevados de conformidade social por parte dos pais portugueses (boas maneiras e outras virtudes sociais, mais do que individuais, como qualidades importantes) contribuirão para que estes manifestem um maior desejo de informação sobre um meio em relação ao qual não sabem o que fazer? Como é que as características de socialização infantil em Portugal, sobretudo em famílias das camadas populares, que privilegiam o ponto de vista da autoridade do adulto” e “que consideram que a criança deve aprender em casa as qualidades e as regras que lhe permitem integrar (e reproduzir) o mundo e as competências instrumentais dos pais” (Almeida, 2003: 80-81), se confrontam com os ambientes domésticos hoje carregados de tecnologias para as crianças mas ainda de forte info-exclusão para os adultos?

4. Conclusão

Com esta apresentação pretendemos evidenciar as potencialidades de um modelo transnacional numa perspectiva multidisciplinar, e como a activação desse modelo estimula a formulação de novas hipóteses, relativiza o etnocentrismo dos olhares e os alarga na confrontação com os outros. Como apontámos, a escassez de pesquisa sobre as actividades das crianças e jovens nas redes online nalguns países, ou a sua debilidade do prisma da sua representatividade social noutros, dificulta o manejo do modelo. Por outro lado, também as variáveis de contexto não se apresentam todas com a mesma acessibilidade e possibilidade de comparação. Estes constrangimentos não impediram que o estudo alargado aos 21 países se tivesse realizado, num espírito colaborativo. Os resultados, disponíveis para muito em breve, certamente evidenciarão algumas destas fragilidades e alimentarão a necessidade de realizar em conjunto pesquisas sustentadas e de criar instrumentos metodológicos sólidos adequados para essa perspectiva europeia.

Bibliografia:

- ALMEIDA, A. (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in J. Vala, M. Villaverde Cabral e A. Ramos (eds). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BUCKINGHAM, D. (2000), *After the Death of Childhood: Growing Up in the Age of Electronic Media*. Cambridge: Polity Press.
- BUCKINGHAM, D. (2002) ‘The Electronic Generation? Children and New Media’, in L. Lievrouw and S. Livingstone (eds), *The Handbook of New Media*. Londres, Sage.
- EUROBAROMETER SURVEY (2006), *Safer Internet, Special Eurobarometer 250 / Wave 64.4*, Brussels <http://ec.europa.eu/information_society/activities/sip/docs/eurobarometer/eurobarometer_2005_25_ms.pdf>



HASEBRINK, U., LIVINGSTONE, S., HADDON, L., KIRWIL, L., & PONTE, C. (2007), *Comparing Children's Online Activities and Risks across Europe*. London: London School of Economics and Political Science, Project EU Kids Online. (Disponível em www.eukidsonline.net)

KOHN, M. L. (1989), "Introduction", in M. L. Kohn (Ed.), *Cross-National Research in Sociology*, Newbury Park, Sage.

LIVINGSTONE, S. (2002) *Young People and New Media: Children and the Changing Media Environment*. London: Sage.

LIVINGSTONE, S. (2003), "On the challenges of cross-national comparative media research", *European Journal of Communication*, 18(4), 477-500.

LIVINGSTONE, S. e BOVILL, M. (eds.) (2001) *Children and Their Changing Media Environment: A European Comparative Study*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

LIVINGSTONE, S., d'HAENENS, L. e HASEBRINK, U. (2001), "Childhood in Europe: Contexts for Comparison", in Livingstone e Bovill (eds.), *Children and Their Changing Media Environment: A European Comparative Study*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 3-30.

LIVINGSTONE, S. e LEMISH, D. (2001), "Doing Comparative Research with Children and Young People", in Livingstone e Bovill (eds.), *Children and Their Changing Media Environment: A European Comparative Study*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 31-50.

PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

ⁱ *EU Kids Online – European Research on Cultural, Contextual and Risk Issues in Children's Safe Use of the Internet and New Media* (2006-2009), projecto coordenado por Sonia Livingstone, London School of Economics and Political Science (contract number: SIP-2005-MD-038229).

ⁱⁱ Fazem igualmente parte dos objectivos do projecto em curso contribuir para a reflexão metodológica em torno da pesquisa que envolve actividades on-line, bem como produzir recomendações com vista a fundamentar políticas públicas no sector.

ⁱⁱⁱ Ver <http://www.eukidsonline.net>.

^{iv} Que podem ser considerados como variáveis dependentes, independentes, mediadoras e contextuais.

^v Inclui também telemóveis e consolas de jogos.

^{vi} Mas que toma como base a Convenção dos Direitos da Criança.

^{vii} Numa tentativa de operacionalização dos riscos propusemos quatro conjuntos de motivações (potencialmente geradoras de riscos), a saber: “interesses comerciais”, “agressão”, “sexualidade” e “valores e ideologias”. Estes conjuntos de motivações não pretendem ser exaustivos, apresentam-se antes como dispositivos heurísticos que permitem simultaneamente classificar diferentes tipos de riscos e contribuir para a sua clarificação conceptual. Cf. Hasebrink *et al.* (2007).

^{viii} Tal como as motivações, os papéis, com os quais as primeiras se intersectam, correspondem a categorias analíticas com pendor heurístico, a saber: a) conteúdo – criança/jovem como “recipiente” (da comunicação de massas); b) contacto – criança/jovem como “participante” (da comunicação pessoal e entre pares); c) condutor – criança/jovem como “acto” (oferecendo conteúdos ou interagindo em contactos pessoais). Cf. Hasebrink *et al.* (2007).

^{ix} Cf. *Mediappro - A European research project: the appropriation of new media by youth* (disponível em <http://www.meddiapro.org>).

^x Um estudo realizado pelo ISCTE em colaboração com a PT - intitulado *E-generation* - onde se discutiriam estes temas, apareceria apenas no final de 2007.